

TCU e Senado assinam convênio de publicações

O presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), ministro Ubiratan Aguiar, assinou convênio com o primeiro-secretário do Senado Federal, senador Heráclito Fortes (DEM-PI), para celebrar a parceria de coedição de publicações oficiais do TCU, a ser realizada pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado (SEEP).

O presidente do TCU disse que o acordo com o parque gráfico do Senado representa um marco na história do Tribunal, no que tange à ampliação de publicações. Durante a cerimônia foi mencionado o livro *Licitações & Contratos*, que atualmente é considerado referência nesse segmento. Este livro é destinado à sociedade civil, profissionais e gestores da administração pública.

O ministro Ubiratan ressaltou a importância desta publicação, pois ela mostra a jurisprudência do TCU nas questões das licitações e convênios. “Ter o apoio do Congresso nas questões editoriais vai possibilitar a produção em alta tiragem sobre temas que orientem os gestores públicos, bem como aumentar o leque de conhecimento da sociedade”, declarou.

Segundo o senador Heráclito Fortes, o convênio representa uma integração efetiva entre o Senado e o TCU, e que a publicação *Licitações & Contratos* irá propiciar o acesso às pessoas que necessitam deste livro. “É necessário ampliar as oportunidades de acesso, pois o Brasil necessita de conhecimento e o TCU deve trazer outras publicações, para que haja maior transparência de seus trabalhos realizados”.

TCU detecta problemas em programas de Saúde no País

O Tribunal de Contas da União (TCU) encontrou, em auditoria, problemas nos programas Saúde da Família, Saúde Bucal e Agente Comunitário de Saúde. Entre as deficiências destacam-se a má organização e estruturação dos sistemas municipais de saúde, maus sistemas de planejamento e infraestrutura e falta de trabalho voltado para a promoção de saúde.

Segundo o relatório, em diversos municípios não havia o Plano Municipal de Saúde e a Programação Anual da Saúde, em outros, os planos tinham várias falhas na elaboração. “Tal constatação, demonstra que mesmo após 20 anos do sistema SUS, o planejamento da saúde continua sendo negligenciado, em que pese ser requisito básico para o seu regular funcionamento”, explicou o ministro José Jorge, relator do processo.

O TCU recomendou ao Ministério da Saúde que ao eleger municípios para construção

de postos de saúde, priorize os que tenham equipes de Saúde da Família, Saúde Bucal e que estejam instaladas em locais impróprios para o atendimento à população. O ministério também foi recomendado para que junto às secretarias estaduais de saúde desenvolvam mecanismos para garantir a contrapartida dos municípios no custeio de Farmácia Básica.

Apesar das irregularidades, a auditoria detectou um crescimento na implantação das equipes de Atenção Básica. O número de equipes multiprofissionais era de 3.062 em 1998 e passou para 29.300 em 2008. A cobertura da Saúde da Família passou de 7% para 50% no mesmo período.

Cópia da documentação foi encaminhada à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados e ao Conselho Nacional de Saúde.